

AINST/16/00060 — Decisão do CR

Decisão do Conselho de Revisão relativamente ao Recurso da Decisão do Conselho de Administração

1. Apreciado o recurso interposto da decisão proferida pelo Conselho de Administração relativa à Avaliação Institucional do/a
Escola Superior De Tecnologias E Artes De Lisboa
2. O Conselho de Revisão, na sua reunião de 2018/09/12
3. decide: Conceder provimento
4. Com a seguinte fundamentação (em Português):
Agradecemos a leitura do ficheiro "pdf" em anexo.
5. Documento anexo (Português e Inglês, PDF, máx. 150kB): (impresso na página seguinte)

Anexos

Processo AINST/16/00060

No presente processo de Avaliação/Acreditação relativo à Avaliação Institucional do Instituto Leonardo Da Vinci - Escola Superior de Tecnologias e Artes de Lisboa, o Conselho de Administração da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), na sua reunião de 2018/07/17, decidiu “*Não acreditar, em concordância com CAE*”, aduzindo a seguinte fundamentação:

“O Conselho de Administração decide proferir decisão desfavorável à acreditação da Instituição, em concordância com a fundamentação e a recomendação da Comissão de Avaliação Externa.

Razões para a não acreditação:

- Inexistência de um quadro permanente de professores de dimensão minimamente adequada. Cerca de 85% (22/26) têm contrato de “prestação de serviços”, com duração de 1 semestre, o que põe totalmente em causa a estabilidade necessária à qualidade e autonomia científica e pedagógica.*
- Autonomia científica e pedagógica, bem como definição de políticas estratégicas de médio e longo prazo comprometidas por, designadamente: demasiada concentração de cargos de gestão nas mesmas pessoas; fraca participação de docentes e estudantes na discussão/tomada de decisões no governo da instituição; incumprimento legal e estatutário na constituição do Conselho Pedagógico.*
- Inexistência, com a consequente falta de sistematização/acompanhamento/medição de acções consistentes de garantia da qualidade; o Sistema Interno de Garantia da Qualidade não está implementado, tendo o Manual da Qualidade sido aprovado em Setembro de 2017.*
- Falta de definição e concretização de políticas de investigação, de internacionalização, de mobilidade de estudantes e docentes, de cooperação com instituições congéneres nacionais e estrangeiras, de constituição de um corpo docente próprio e estável, e de recrutamento de novos estudantes.*
- Relatório de auto-avaliação com inconsistências nos dados disponibilizados, e revelador de uma apreciação marcadamente optimista e desajustada, por falta de suporte, sobre a qualidade e singularidade das formações oferecidas pela Escola.*
- Análise muito simplista e incompleta das forças /fraquezas /oportunidades /ameaças da instituição.*
- Proliferação de actividades anunciadas para presente e futuro, ainda que com indícios bastante embrionários de um desenvolvimento consistente das mesmas.*
- Questionável adequação das instalações para a finalidade requerida (deficiente dimensão/limpeza/condições para práticas lectivas seguras em alguns espaços; exiguidade de recursos didáticos/bibliográficos; inexistência de condições para prover alimentação/aquecer alimentos).*
- Oferta formativa muito reduzida (2) e limitada a 1ºs ciclo de estudos”.*

Por seu turno, o Relatório Final da CAE - com o qual o Conselho de Administração manifestou concordância e cujo teor aqui se dá como integrado – apresenta estas conclusões:

“C5. Recomendação Final

(Acreditar, Acreditar com condições, Não Acreditar)

Tudo o antes exposto, em particular as acentuadas fraquezas assinaladas nos domínios da garantia da qualidade, investigação e internacionalização, a par da crítica situação de instabilidade do corpo docente, não consentânea com a qualidade superior, justificam o parecer desta CAE de que a decisão relativa à Escola Superior de Tecnologias e Artes de Lisboa (ESTAL) deverá ser “Não Acreditar”.

RESPOSTA À PRONÚNCIA DA INSTITUIÇÃO

No respeito pela liberdade de pensamento e expressão que aos autores da Pronúncia assiste e dada a nulidade do seu contributo para o fim em causa, alguns dos comentários/incorrekções dela constantes não serão objecto de qualquer resposta.

Sobre os pontos concretos, a CAE emite o seguinte parecer:

- A3.2; A5.2.2; A5.3.2; A5.4.2; A6.2; A7.3.2; A8.2; A9.2.2; A11.2; A14.2. A maioria da informação apresentada já foi disponibilizada no Rel. Autoavaliação e é, em muitos casos, irrelevante para o assunto em apreciação. Não se justifica qualquer alteração ao Relatório Preliminar (RP).*
- A4.1.2. Ao verificar que os Estatutos em vigor se não adaptavam à realidade, a Escola deveria tê-los alterado e não passar a adoptar os antigos. Não há motivos para alterar o RP.*
- A4.2.2. Ainda que reiterando a apreciação feita no RP, pode admitir-se que a informação recolhida na visita sobre as funções da presidente do CD tenha sido afectada por algum problema de comunicação. Não há motivos para alterar o RP.*
- A4.3.2. Sem prejuízo das afirmações feitas no RP, a exposição agora apresentada concorre para que a apreciação seja alterada de “Não” para “Em parte”.*
- A5.1.2. A informação apresentada ora é desajustada ao tópico em análise, ora se reporta a anos lectivos que não estão em análise, ora indevidamente expõe dados de outras IES para comparabilidades numéricas. Não há motivos para alterar o RP.*
- A7.1.2. – A Pronúncia vem reforçar a apreciação feita no RP, que se mantém.*
- A10.2. As deficiências foram explicitamente expressas pelos estudantes, mantendo a CAE a afirmação daquilo que directamente e por mero acaso pôde observar. Confirma-se o teor do RP.*
- A12.2. As deficiências do site foram as encontradas à data. Mantém-se o teor do RP.*
- A13.2. O texto deste ponto não é compreensível. Confirma-se o RP.*

Considerando que se mantêm as acentuadas fraquezas assinaladas no RP e sintetizadas nos seus pontos C1 e C3, reitera-se o entendimento de que a Escola não cumpre os requisitos mínimos consentâneos com a qualidade que se exige a uma IES, designadamente em domínios fundamentais como a constituição dos órgãos e seu funcionamento, a garantia da qualidade, a investigação, a internacionalização, o corpo docente e sua estabilidade e avaliação.

Assim, o parecer desta CAE é de que a decisão relativa à Escola Superior de Tecnologias e Artes de Lisboa deverá ser “Não Acreditar”.

Inconformada com a decisão de “Não acreditar”, a Instituição interessada interpôs recurso para o Conselho de Revisão da A3ES, oferecendo alegações, cujos termos aqui se dão por reproduzidos, onde desenvolve longamente a acusação de que a deliberação impugnada é “ilegal e manifestamente inconveniente”, para encerrar esta peça processual do modo que segue:

“60 – Em conclusão, no que à (i)legalidade da Deliberação recorrida concerne, deve a mesma, por vício de falta de fundamentação de Direito, que totalmente omite, afectando os direitos de defesa da entidade instituidora ILV, ser anulada, nos termos das disposições conjugadas do art. 153º, n.º 1, do CPA, do n.º 2 do art. 32º, do Regulamento n.º 869/2010, da A3ES, e dos n.ºs 1 e 4 do art. 163º, do CPA, aplicável ex vi do art. 9º, do Dec.-Lei n.º 369/2007, de 5 de Novembro.

Caso assim se não entenda, o que se admite sem conceder, deve a mesma Deliberação ser revogada pelo Conselho de Revisão, por ilegal, seja porque, conforme supra circunstanciadamente indicado, se alicerça indevidamente em factos que excedem os requisitos mínimos exigíveis para o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior, a que se deve ater, atento o disposto no n.º 1 do art. 52º, do Dec.-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, seja porque assenta em factos inverdadeiros, não comprovados e devidamente contraditados pela ESTAL na sua pronúncia, seja, ainda, porque quer nestes últimos casos quer nos restantes, as desconformidades detectadas são passíveis de suprimento, não justificando decisão de Não Acreditação mas quando muito de Acreditação condicionada à sua sanção, em prazo e nos termos que for determinado pela A3ES.

Sem conceder e por mera cautela,

DA INCONVENIÊNCIA DA DELIBERAÇÃO RECORRIDA

61 – Conforme resulta do art. 22º, do Regulamento n.º 869/2010, da A3ES, o recurso das deliberações do Conselho de Administração da A3ES pode ter por fundamento a sua ilegalidade ou manifesta inconveniência, não parecendo que da conjunção alternativa “ou” deva resultar a impossibilidade de, numa relação de subsidiariedade, invocar ambos os fundamentos, pelo que, para o caso de não merecerem acolhimento os argumentos expendidos acerca da ilegalidade da Deliberação impugnada, o que se admite sem conceder, se passa a alinhar os argumentos que, no entender da entidade instituidora da ESTAL e ora Recorrente, justificam a manifesta inconveniência da Deliberação impetrada.

.....

85 – Assim, e em conclusão, face ao regular funcionamento da ESTAL, ao seu suficiente financiamento, ao seu carácter distintivo, particularmente no que concerne ao ensino artístico, aos postos de trabalho que assegura e aos rendimentos que permite aos docentes auferir, por contraposição a algumas desconformidades e ineficiências que possam subsistir no seu funcionamento, mesmo que se entenda que estas justificam, numa aplicação rigorosa da lei, uma decisão de Não Acreditação, julga-se que revogando a Deliberação recorrida, por manifesta inconveniência da mesma, prestará este Conselho de Revisão inestimável serviço à causa do Ensino e da sua pluralidade em Portugal.

Termos em quedeverá:

a) Ser anulada, por ilegal, mostrando-se inquinada de vício de forma por falta de fundamentação de Direito, a Deliberação recorrida;

b) Caso assim se não entenda, o que se admite sem conceder e por mera cautela, deverá a mesma Deliberação ser revogada, por ilegal, padecendo de vícios diversos de violação de lei, circunstanciadamente supra enunciados;

c) Encontrando-se fundamento legal para a decisão de Não Acreditação, ser declarada a manifesta inconveniência da Deliberação que a decidiu, revogando-se esta com tal fundamento;

d) Em qualquer dos casos referidos nas alíneas b) e c) antecedentes, ser substituída a Deliberação revogada por outra que determine a Acreditação institucional da ESTAL ou,

dando-se por suficientemente relevantes algumas das desconformidades detectadas no procedimento, a sua substituição por outra que determine a Acreditação condicional da ESTAL, sujeita às medidas a determinar pela A3ES, a implementar no prazo que esta prudentemente fixar”.

Perante a interposição do presente recurso, o Conselho de Administração emitiu o seguinte “Parecer”:

“Tendo em consideração o recurso apresentado pela Instituição, o Conselho de Administração decide manter a sua decisão desfavorável à acreditação da Instituição, em concordância com a fundamentação e a recomendação da Comissão de Avaliação Externa.

Razões para a não acreditação:

- Inexistência de um quadro permanente de professores de dimensão minimamente adequada. Cerca de 85% (22/26) têm contrato de “prestação de serviços”, com duração de 1 semestre, o que põe totalmente em causa a estabilidade necessária à qualidade e autonomia científica e pedagógica e viola os artigos 40.º alínea d) e 50.º do RJIES, aprovado pela Lei 62/2007, de 10 de Setembro.*
- Autonomia científica e pedagógica, bem como definição de políticas estratégicas de médio e longo prazo comprometidas por, designadamente: demasiada concentração de cargos de gestão nas mesmas pessoas em incumprimento do previsto nos artigos 30.º, 30.º n.º 2 e 40.º alínea e) do RJIES, aprovado pela Lei 62/2007, de 10 de Setembro); fraca participação de docentes e estudantes na discussão/tomada de decisões no governo da instituição; incumprimento legal e estatutário na constituição do Conselho Pedagógico, nomeadamente do previsto no artigo 104.º n.º 1 do RJIES, aprovado pela Lei 62/2007, de 10 de Setembro.*
- Inexistência, com a consequente falta de sistematização/acompanhamento/medição de ações consistentes de garantia da qualidade; o Sistema Interno de Garantia da Qualidade não está implementado, tendo o Manual da Qualidade sido aprovado em Setembro de 2017.*
- Falta de definição e concretização de políticas de investigação, de internacionalização, de mobilidade de estudantes e docentes, de cooperação com instituições congéneres nacionais e estrangeiras, de constituição de um corpo docente próprio e estável, e de recrutamento de novos estudantes.*
- Relatório de auto-avaliação com inconsistências nos dados disponibilizados, e revelador de uma apreciação marcadamente optimista e desajustada, por falta de suporte, sobre a qualidade e singularidade das formações oferecidas pela Escola.*
- Análise muito simplista e incompleta das forças /fraquezas /oportunidades /ameaças da instituição.*
- Proliferação de actividades anunciadas para presente e futuro, ainda que com indícios bastante embrionários de um desenvolvimento consistente das mesmas.*
- Questionável adequação das instalações para a finalidade requerida (deficiente dimensão/limpeza/condições para práticas lectivas seguras em alguns espaços; exiguidade de recursos didácticos/bibliográficos; inexistência de condições para prover alimentação/aquecer alimentos) em incumprimento do previsto no artigo 40.º alínea b) RJIES, aprovado pela Lei 62/2007, de 10 de Setembro.*
- Oferta formativa muito reduzida (2) e limitada a 1ºs ciclo de estudos”.*

Posto isto, cumpre apreciar e decidir.

Antes do mais, convirá salientar que, nos procedimentos de avaliação e acreditação das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos, a lei atribui ao Conselho de Administração da A3ES uma prerrogativa de ponderação e de avaliação dos elementos a considerar para a respectiva decisão e, por isso, no uso de tal prerrogativa, ao Conselho de Administração, como entidade decidente, compete integrar os conceitos vagos e indeterminados contidos nas pertinentes disposições legais, assim exercendo o poder discricionário que lhe é legalmente conferido.

Mas importará também referir que, pese embora esse poder discricionário, há limites a observar numa zona que comporta aspectos vinculados do acto decisório praticado e onde, portanto, é possível ocorrer o vício de violação de lei, quer de forma, quer de fundo.

Nesta conformidade, respeitando o arguido vício de forma a uma zona de vinculação da decisão impugnada, dele cumpre conhecer e, até, prioritariamente em relação aos restantes vícios, seguindo, aliás, a ordem do respectivo conhecimento indicada pela Recorrente.

Avancemos, pois.

Como é sabido, tem consagração constitucional e legal (cfr. artigo 268º, nº3, da Constituição e artigos 152º e 153º do CPA) o dever de fundamentação dos actos administrativos quando *“afetem por qualquer modo direitos ou interesses legalmente protegidos”*. Fundamentação que *“deve ser expressa, através de sucinta exposição dos fundamentos de facto e de direito da decisão, podendo consistir em mera declaração de concordância com os fundamentos de anteriores pareceres, informações ou propostas, que constituem, neste caso, parte integrante do respetivo ato”*. Porém, *“equivale à falta de fundamentação a adoção de fundamentos que, por obscuridade, contradição ou insuficiência, não esclareçam concretamente a motivação do ato”*. Quer isto dizer que o dever de fundamentação dos actos administrativos traduz a exigência de externalização das razões ou motivos determinantes do acto praticado, tendo como objectivos essenciais os de, por um lado, dar conhecimento do caminho percorrido pelo seu autor para decidir como decidiu em ordem a proporcionar ao destinatário uma opção consciente entre a aceitação da legalidade do acto e a justificação da respetiva impugnação, e, por outro lado, assegurar a transparência e imparcialidade das decisões administrativas.

Por isso, a fundamentação devida dos actos administrativos é algo que se não confunde com as questões relativas à veracidade ou à exactidão jurídica desses fundamentos – matéria que respeita já a eventuais erros nos pressupostos de facto e/ou de direito da decisão.

De sorte que o juízo sobre se o acto está devidamente fundamentado depende apenas da correcção formal do discurso patente no acto, isto é, tem exclusivamente a ver com os motivos ali enunciados, independentemente da bondade intrínseca dos mesmos.

Donde qualquer explicação adicional nesse domínio não ser legalmente exigível, pois corresponderia a fundamentar-se uma fundamentação já enunciada.

Por outro lado, a jurisprudência administrativa vem reafirmando, com o apoio da doutrina, que só é válida a fundamentação contextual, ou seja, a que se integra no próprio acto e dele é contemporânea, não assumindo assim, neste domínio, qualquer relevância a fundamentação “*a posteriori*”.

Será, portanto, à luz do que ficou exposto que iremos ajuizar sobre o cumprimento, no caso em apreço, do dever de fundamentação.

Recordemos o teor da decisão do Conselho de Administração:

“O Conselho de Administração decide proferir decisão desfavorável à acreditação da Instituição, em concordância com a fundamentação e a recomendação da Comissão de Avaliação Externa.

Razões para a não acreditação:

- *Inexistência de um quadro permanente de professores de dimensão minimamente adequada. Cerca de 85% (22/26) têm contrato de “prestação de serviços”, com duração de 1 semestre, o que põe totalmente em causa a estabilidade necessária à qualidade e autonomia científica e pedagógica.*
- *Autonomia científica e pedagógica, bem como definição de políticas estratégicas de médio e longo prazo comprometidas por, designadamente: demasiada concentração de cargos de gestão nas mesmas pessoas; fraca participação de docentes e estudantes na discussão/tomada de decisões no governo da instituição; incumprimento legal e estatutário na constituição do Conselho Pedagógico.*
- *Inexistência, com a consequente falta de sistematização/acompanhamento/medição de acções consistentes de garantia da qualidade; o Sistema Interno de Garantia da Qualidade não está implementado, tendo o Manual da Qualidade sido aprovado em Setembro de 2017.*
- *Falta de definição e concretização de políticas de investigação, de internacionalização, de mobilidade de estudantes e docentes, de cooperação com instituições congéneres nacionais e estrangeiras, de constituição de um corpo docente próprio e estável, e de recrutamento de novos estudantes.*
- *Relatório de auto-avaliação com inconsistências nos dados disponibilizados, e revelador de uma apreciação marcadamente optimista e desajustada, por falta de suporte, sobre a qualidade e singularidade das formações oferecidas pela Escola.*
- *Análise muito simplista e incompleta das forças /fraquezas /oportunidades /ameaças da instituição.*
- *Proliferação de actividades anunciadas para presente e futuro, ainda que com indícios bastante embrionários de um desenvolvimento consistente das mesmas.*
- *Questionável adequação das instalações para a finalidade requerida (deficiente dimensão/limpeza/condições para práticas lectivas seguras em alguns espaços; exiguidade de recursos didácticos/bibliográficos; inexistência de condições para prover alimentação/aquecer alimentos).*
- *Oferta formativa muito reduzida (2) e limitada a 1ºs ciclo de estudos”.*

Havendo ainda a considerar a fundamentação constante do relatório da CAE, para que remeteu o Conselho de Administração e que, por isso, passou a integrar a decisão final por este órgão proferida.

Ora, como é bom de ver, essas duas peças processuais, que estruturam a decisão administrativa tomada, não asseguram, no seu todo, uma fundamentação bastante, na medida em que ambas são totalmente omissas quanto à menção das normas legais ou dos princípios jurídicos que poderiam alicerçar a dita decisão.

Ou seja, não constando do acto decisório em causa a respectiva base jurídica, o destinatário desse acto não foi devidamente esclarecido quanto às razões de direito determinantes da decisão tomada e, assim, ficou impedido de conhecer e entender o iter cognoscitivo e valorativo conducente ao acto final, tal como o órgão de recurso não poderá sindicá-lo, eficazmente, essas eventuais razões jurídicas.

Em suma, a questionada decisão não indica, por expressa referência aos pertinentes preceitos legais, qual ou quais os requisitos gerais e/ou especiais que não foram satisfeitos no caso concreto em apreço e cujo preenchimento era, e é, legalmente exigível para uma decisão favorável à acreditação.

Sendo certo que a motivação, quer de facto, quer de direito, constante do “Parecer” emitido pelo Conselho de Administração após a interposição do presente recurso, não poderá ser atendida, aqui e agora, como fundamentação do questionado acto decisório, na exacta medida em que tudo isso foi apresentado posteriormente à prática desse acto e, assim, como é óbvio, não poderá integrar a respectiva fundamentação, conforme, aliás, ao já assinalado ensinamento da jurisprudência.

Procede, pois, a arguição do vício de forma, por falta de fundamentação de direito do acto impugnado.

Consequentemente, e em provimento do recurso, o Conselho de Revisão decide anular o procedimento a partir do relatório final da CAE, inclusive, para que, com a menção dos pertinentes preceitos legais, sejam devidamente enunciados os fundamentos de direito da decisão em causa, para além, obviamente, de outros reputados necessários, após o que, com a pronúncia da instituição interessada, haverá lugar a nova deliberação do Conselho de Administração.

Sem custas.

Lisboa, 12 de Setembro de 2018.

Processo AINST/16/00060

In the present process of Evaluation/ Accreditation concerning the Institutional accreditation of Instituto Leonardo Da Vinci – Escola Superior de Tecnologias e Artes de Lisboa, the A3ES' Management Board, in its meeting on the 2018/07/17, decided “*not to accredit in agreement with the External Assessment Team*”, adducing the following justification:

“The Management Board decides to issue an unfavorable decision to the Institution's accreditation, in accordance with the reasons and recommendation of the External Review Team.

Reasons for non-accreditation:

- The lack of a permanent teaching staff body of a minimally adequate size. About 85% (22/26) have a temporary contact, with the duration of one semester, which totally undermines the necessary stability of scientific and pedagogical quality and autonomy.*
- Scientific and pedagogical autonomy, as well as the definition of medium and long-term strategic policies compromised by, for example: too much concentration of management positions in the same people; weak participation of teachers and students in the discussion / decision making in the institution's government; legal and statutory breach in the constitution of the Pedagogical Council.*
- Inexistence, with the consequent lack of systematization / monitoring / measurement of actions consistent with quality assurance; the Internal Quality Assurance System is not implemented, and the Quality Manual was approved in September 2017.*
- Lack of definition and implementation of research, internationalization, student and faculty mobility, cooperation with national and foreign counterparts, the constitution of a proper and stable teaching staff body, and the recruitment of new students.*
- Self-assessment report with inconsistencies in the data available, and revealing a markedly optimistic and misaligned appreciation, due to lack of support, on the quality and uniqueness of the formations offered by the School.*
- Very simplistic and incomplete analysis of the institution's strengths / weaknesses / opportunities / threats.*
- Proliferation of activities announced for present and future, although with very embryonic evidence of a consistent development.*
- Questionable adequacy of facilities for the required purpose (poor size / cleanliness / conditions for safe teaching practices in some spaces, lack of teaching / bibliographic resources, lack of conditions to provide food / heat food).*
- Very reduced training offer (2) and limited to 1st cycle of studies.”*

For its turn, the External Assessment Team's (EAT) report, which content is given herein as reproduced, presents these conclusions:

“C5 – Final Recommendation

All of the above mentioned, in particular the marked weaknesses in the areas of quality assurance, research and internationalization, together with the critical situation of faculty instability, not in line with the quality and scientific and pedagogical autonomy required by an

higher education institution, justify the opinion of this CAE that the decision on the Lisbon Higher School of Technologies and Arts (ESTAL) should be "Not to accredit".

RESPONSE TO THE INSTITUTION PRONOUNCEMENT

Respecting the freedom of thought and expression of the Pronouncement authors, and given the nullity of their contribution to the purpose in question, some of the comments/inaccuracies contained therein shall not be the subject of any response.

On concrete points, the External Assessment Commission (EAC) issues the following opinions:

- A3.2; A5.2.2; A5.3.2; A5.4.2; A6.2; A7.3.2; A8.2; A9.2.2; A11.2; A14.2. Most of the information presented has already been made available in Self-Assessment Report and is in many cases irrelevant to the subject under consideration. No change to the Preliminary Report (PR) is justified.

- A4.1.2. When ESTAL verified that Statutes did not adapt to reality, it should have changed them, instead of adopting the old ones. There is no reason to change PR.

- A4.2.2. Although reiterating the opinion made in RP, it can be admitted that the information collected during the visit on the functions of the CD president has been affected by some communication problem. There is no reason to change PR.

- A4.3.2. Without prejudice to the statements made in RP, the presentation now submitted competes for the assessment to be changed from "No" to "In part".

- A5.1.2. Information is sometimes mismatched to the topic being analyzed, or refers to years that are not under analysis, or improperly exposes data from other Institutions for numerical comparisons. There is no reason to change RP.

- A7.1.2. The pronouncement reinforces the appreciation made in the PR, which remains.

- A10.2. The deficiencies were explicitly expressed by students, keeping EAC the affirmation of what directly and by chance could observe. The content of PR is confirmed.

- A12.2. The shortcomings of the site were those found on that date. The content of PR is maintained.

- A13.2. The text of this point is not understandable. PR is confirmed.

Considering that the strong weaknesses identified in the PR and synthesized in its points C1 and C3 are maintained, EAC reiterates the opinion that School does not meet the minimum requirements consistent with the quality required for an HEI, in particular in key areas such as constitution of the bodies and their operation, quality assurance, research, internationalization, teaching staff and their stability and evaluation.

Thus, the opinion of this CAE is that the decision regarding the Escola Superior de Tecnologias e Artes de Lisboa should be "Not to accredit".

Disagreeing with the decision of "not to accredit", the interested institution appealed to the A3ES's Council of Appeals, offering the following allegations given herein as reproduced, where it largely develops the plea that the contested decision is "illegal and manifestly inconvenient", to end with:

"60 - In conclusion, as regards (i)legality of the contested Deliberation, it should, due to a defect in the law, which totally omits, affecting the rights of defense of the ifounding entity ILV, be annulled, in accordance with provisions of art. 153 (1) of the ACP, paragraph 2 of art. 32th

of Regulation No 869/2010, of the A3ES, and paragraphs 1 and 4 of art. 163th of the ACP, applicable ex vi of art. 9, of Dec.-Law no. 369/2007 of 5th November.

If this is not the case, what is allowed without granting, should the same Deliberation be revoked by the Board of Review, as illegal, or because, as indicated above, unduly based on facts that exceed the minimum requirements for the operation of the higher education establishments, to be held, in compliance with the provisions of no. 1 of art. 52th, Decree-Law no. 74/2006, of March 24th, either because it is based on untrue facts, not proven and duly contradicted by ESTAL in its pronouncement, or also because in the latter cases, the detected nonconformities are subject to supply, not justifying a decision of “non-accreditation” but at most Accreditation conditioned to its sanction, in term and on terms that is determined by the A3ES.

Without granting and by mere caution,

FROM THE INCONVENIENCE OF THE APPEALED DELIBERATION

61 - According to art. 22th of Regulation No 869/2010 of the A3ES, the appeal of the deliberations of the Board of Trustees of the A3ES may be based on its illegality or manifest inconvenience, it does not appear that the alternative conjunction "or" should result in the impossibility, in a subsidiary relationship, to invoke both grounds, so that, in the event that the arguments put forward concerning the illegality of the contested Determination are not merited, which is admitted without granting, it is necessary to align the arguments that, in the opinion of the founding entity of ESTAL and now Recurer, justify the manifest inconvenience of the Deliberation filed.

... ..

85 - Therefore, and in conclusion, in view of the regular functioning of ESTAL, its sufficient funding, its distinctive character, particularly as regards artistic education, the jobs it provides and the income which enables teachers to obtain, by contrast to some of the non-conformities and inefficiencies that may persist in its operation, even if it is understood that they justify, in strict application of the law, a decision of Non Accreditation, it is considered that repealing the Deliberation, for obvious inconvenience, will render this Appeals Council a invaluable service to the cause of Teaching and its plurality in Portugal.

Terms in which, with the supply of your excellence's, you must:

- a) To be annulled, as illegal, proving to be vitiated by a procedural defect due to a lack of legal basis, the Deliberation under appeal;*
- b) If this is not understood, what is admitted without granting and by mere caution, should the same Deliberation be abrogated, as illegal, suffering from several defects of violation of law, as detailed above;*
- c) Being found legal grounds for the decision of Non Accreditation, be declared the manifest inconvenience of the Decision that decided it, revoking it on such a basis;*
- d) In any of the referred cases to in points b) and c) above, the Deliberation revoked by another one that determines the Institutional Accreditation of ESTAL, or, being sufficiently relevant some of the nonconformities detected in the procedure, its replacement by another one that*

determine the conditional Accreditation of ESTAL, subject to the measures to be determined by the A3ES, to be implemented within a term that it is prudently to establish.”

Facing the interposition of the present appeal, the Management Board made its pronouncement in the following terms:

“Taking into account the appeal presented by the Institution, the Management Board decides to maintain an unfavorable decision to the Institution's accreditation, in accordance with the reasons and recommendation of the External Review Team.

- The lack of a permanent teaching staff body of a minimally adequate size. About 85% (22/26) have a temporary contact, with the duration of one semester, which totally undermines the necessary stability of scientific and pedagogical quality and autonomy, in violation of articles 40, paragraphs d) and 50 of RJIES, approved by Law 62/2007 of September 10th.*
- Scientific and pedagogical autonomy, as well as the definition of medium and long-term strategic policies compromised by, for example: too much concentration of management positions in the same people, in breach of the provisions of Articles 30, 30, 2 and 40 e) of the RJIES, approved by Law 62/2007 of September 10th ; weak participation of teachers and students in the discussion / decision making in the institution's government; legal and statutory breach in the constitution of the Pedagogical Council, namely that provided for in Article 104 (1) of the RJIES, approved by Law 62/2007 of September 10th .*
- Inexistence, with the consequent lack of systematization / monitoring / measurement of actions consistent with quality assurance; the Internal Quality Assurance System is not implemented, and the Quality Manual was only approved in September 2017.*
- Lack of definition and implementation of research, internationalization, student and faculty mobility, cooperation with national and foreign counterparts, the constitution of a proper and stable teaching staff body, and the recruitment of new students.*
- Self-assessment report with inconsistencies in the data available, and revealing a markedly optimistic and misaligned appreciation, due to lack of support, on the quality and uniqueness of the formations offered by the School.*
- Very simplistic and incomplete analysis of the institution's strengths / weaknesses / opportunities / threats.*
- Proliferation of activities announced for present and future, although with very embryonic evidence of a consistent development.*
- Questionable adequacy of facilities for the required purpose (poor size / cleanliness / conditions for safe teaching practices in some spaces, lack of teaching / bibliographic resources, lack of conditions to provide food / heat food), in breach of the provisions of Article 40 (b) RJIES, approved by Law 62/2007 of September 10th .*
- Very reduced training offer (2) and limited to 1st cycle of studies”.*

After this, it is time to appreciate and decide.

Before anything more it has to be underlined that in the procedures of evaluation and accreditation of higher education institutions and of its study programmes, law attributes to the A3ES Management Board a prerogative of analysis and evaluation of the elements to be

considered in the respective decision. Because of that, in the use of such prerogative, the Management Board, as a decision making entity, has the duty of fulfilling the vague and undetermined concepts inserted in the pertinent legal norms, exercising the discretionary capacity which was legally attributed.

It has to be also referred that, despite the discretionary capacity, there are limits to be observed in a zone that has bound aspects of the decision act practiced and where can appear the vice of formal or substantial law violation.

Due to this, respecting the argued formal vice in a bound zone of the contested decision, it has to be firstly analysed in relation to the other vices, following the order pointed out by the Appellant.

Let's continue.

It is well known that it is constitutionally and legally previewed (article 268th nº 3 of the Constitution and article 152th and 153th of the Administrative Procedure Code) the duty of justification of the administrative acts, when they “*affect rights or legally protected interests*”. This justification has to be “*expressed by a succinct exposition of the fact and law justifications of the decision that can consist of a mere agreement declaration with the justification of previous reports, information or proposals, which will take part of the respective act*”. This means that the duty of justification of the administrative acts translates the demanding of externalizing the reasons or determinant justifications of the practiced act, having as essential objectives those of recognizing the path of the author in order to decide as it decided or to give the recipient a conscious option between the acceptance of the legality of the act or the justification of the respective contestation. On the other side to assure the transparency and impartiality of the administrative decisions.

So the justification of the administrative acts is something that cannot be confused with the questions related to the truth or juridical accuracy of its grounds – these are related to eventual mistakes in the fact and/ or law assumptions of the decision.

The judgment about the justification of the act only depends of the formal correction of the argumentation of the act, meaning that it is related with the motivation enunciated, apart from its intrinsic correction.

Any additional explanation in that domain is not legally required, because it would correspond to a justification of an already justified act.

On the other side, the administrative case law has been underlining, with the teachers support, that it is only valid the contextual justification, meaning that, the justification which integrates the proper act and which it is contemporary of it. It is not relevant the “*a posteriori*” justification.

It is with the light of the exposed that we are going to judge about the fulfillment of the duty of justification in the case under appraisal.

Let's remind the decision of the management board:

"The Management Board decides to issue an unfavorable decision to the Institution's accreditation, in accordance with the reasons and recommendation of the External Review Team.

Reasons for non-accreditation:

- The lack of a permanent teaching staff body of a minimally adequate size. About 85% (22/26) have a temporary contact, with the duration of one semester, which totally undermines the necessary stability of scientific and pedagogical quality and autonomy.*
- Scientific and pedagogical autonomy, as well as the definition of medium and long-term strategic policies compromised by, for example: too much concentration of management positions in the same people; weak participation of teachers and students in the discussion / decision making in the institution's government; legal and statutory breach in the constitution of the Pedagogical Council.*
- Inexistence, with the consequent lack of systematization / monitoring / measurement of actions consistent with quality assurance; the Internal Quality Assurance System is not implemented, and the Quality Manual was approved in September 2017.*
- Lack of definition and implementation of research, internationalization, student and faculty mobility, cooperation with national and foreign counterparts, the constitution of a proper and stable teaching staff body, and the recruitment of new students.*
- Self-assessment report with inconsistencies in the data available, and revealing a markedly optimistic and misaligned appreciation, due to lack of support, on the quality and uniqueness of the formations offered by the School.*
- Very simplistic and incomplete analysis of the institution's strengths / weaknesses / opportunities / threats.*
- Proliferation of activities announced for present and future, although with very embryonic evidence of a consistent development.*
- Questionable adequacy of facilities for the required purpose (poor size / cleanliness / conditions for safe teaching practices in some spaces, lack of teaching / bibliographic resources, lack of conditions to provide food / heat food).*
- Very reduced training offer (2) and limited to 1st cycle of studies."*

And it has to be considered that the justification of the EAT report, to which remitted the Management Board and because of that, takes part of the final decision of that body.

As it can be seen, both documents are the structure of the administrative decision and do not assure a sufficient justification, because both omit the legal norms or the juridical principles which can ground the decision.

This means that once there is not present the juridical basis of the decision act, the recipient of the act was not clarified of the law reasons of the decision and could not understand the

cognitive and evaluative iter which linked to the final act, as the appeal body cannot judge efficiently, those eventual juridical reasons.

To sum up, the questioned decision does not point out, with an express reference to the pertinent legal norms, which of the general and/ or special requirements were not satisfied in the concrete case and which fulfillment was and it is legally demanded to a favorable decision of accreditation.

Being certain that the fact and law motivation written in the “response” of the Management Board after the interposition of the present appeal cannot be attended here and now as the justification of the questioned decision act, because all of that items were presented after the practice of the act and cannot integrate the respective justification, as it is taught by case law.

It is correct the plea of formal vice, due to lack of law justification of the contested act.

Consequently and due to the success of the appeal, the Appeals Council decides to annul the procedure since the EAT’s report, inclusively, so that with the mention of the pertinent legal norms can be justified all the grounds of the decision and also, other which are considered necessary. After the pronunciation of the institution there will be place to another deliberation of the management Board.

Without costs.

Lisboa, 12 September 2018.